



**PRIMEIRO RELATÓRIO PARCIAL
DA AVALIAÇÃO 2018 CICLO
AVALIATIVO 2018 A 2020**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	3
1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES – MISSÃO E ORGANOGRAMA	3
2. HISTÓRICO DA MANTENEDORA	8
3. HISTÓRICO DA MANTIDA	9
6. CONCEITOS OBTIDOS PELO FACIR NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS	10
7. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO	10
a. Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA	10
b. Metodologia do Processo Avaliativo	12
Metodologia da Coleta de Dados	15
9. CONCLUSÃO	16

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento foi desenvolvido com base nos dados colhidos pela CPA e pelos corpos Técnico- Administrativo e pedagógicos da FACIR, frente aos parâmetros institucionais, o PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, as pesquisas da CPA, os processos avaliativos de Graduação realizados pelos avaliadores externos do INEP no campi da FACIR, localizado na Av. Sigismundo Gonçalves, 375 – Carmo- Olinda /PE.

A CPA – Comissão Própria de Avaliação está constituída desde o ano de 2006 e atua em diversos processos avaliativos dos cursos (estrutura física avaliada por discentes, docentes e colaboradores; docentes pelos discentes; coordenadores pelos discentes; avaliação externa; clima organizacional e estrutura), verifica as solicitações da ouvidoria, ações de Conselho Acadêmico da IES e dos colegiados dos cursos. A Comissão está representada atualmente pelos seguintes membros:

Com a participação de cada um no processo de coleta de dados, a CPA pode levantar os pontos fortes e fragilizados da instituição e assim, debater coletivamente os rumos que queremos para a IES. Dessa forma, a avaliação institucional é um instrumento da qualidade de ensino e para ter êxito é necessário haver a participação de toda comunidade acadêmica.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES – MISSÃO E ORGANOGRAMA

A **FACIR** tem como missão investir em um processo de ensino e aprendizagem que capacite os seus egressos a atenderem às necessidades e expectativas do mercado de trabalho e da sociedade, com competência para formular, sistematizar e socializar conhecimentos em suas áreas de atuação. Para alcançar esse objetivo, a Instituição promove a educação superior, integrando o ensino e a extensão, com o intuito de formar sujeitos empreendedores e comprometidos com o autoconhecimento, a transformação social, cultural, política e econômica do estado e da região.

A estrutura organizacional da Instituição está apoiada em órgãos colegiados, executivos e suplementares. Os órgãos colegiados e executivos organizam-se em dois níveis de decisão:

- Órgãos de Administração Superior: Conselho Acadêmico e Diretoria;
- Órgãos de Administração Acadêmica: Coordenação Pedagógica, Colegiado de Curso, Coordenação de Curso e NDE.

Essa estrutura é auxiliada nas suas atribuições e competências pelos Órgãos Suplementares: Secretaria, Biblioteca, Administração, Tesouraria, Contabilidade e Manutenção. Poderão integrar a estrutura organizacional da FACIR outros órgãos de natureza didático-científica, cultural e técnico-administrativa.

A. OBJETIVOS E METAS DA INSTITUIÇÃO

A Faculdade assume posição construtiva em uma sociedade democrática, servindo de instrumento propulsor de transformação social. Nesse sentido, suas metas procuram responder aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa. A IES deve ter o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino com a extensão ao alcance e serviço dessa comunidade, para dela merecer respeito e reconhecimento. Tem como fim, ainda, garantir a qualidade desse produto, por meio de uma efetiva política de capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, além de uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida universitária.

A finalidade, disposta na estrutura regimental, destaca como objetivos e finalidades da faculdade:

- Formar profissionais de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento, para participar do desenvolvimento da sociedade brasileira;
- Desenvolver a pesquisa e a iniciação científica, visando colaborar no avanço da ciência e da cultura;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, para difundir as conquistas e benefícios resultantes dos estudos sistematizados e investigações gerados na Instituição;
- Estimular a criação cultural, por meio da promoção de eventos diversificados;

- Desenvolver atividades educativas, culturais, humanistas, técnicas e científicas que beneficiem efetivamente a comunidade onde se insere;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e transmitir o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação.

Objetivos Gerais

A FACIR procura desenvolver ações que assegurem:

- A formação ética e humanística do sujeito voltada para a autonomia, cooperação, solidariedade, respeito à diversidade, tolerância e equidade social;
- A sólida formação técnico-científica, que possibilite ao sujeito compreensão e ação críticas do/no mundo em transformação;
- O envolvimento das instâncias superiores de planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades de ensino de Graduação;
- O aprimoramento da faculdade, visando sua qualificação na área educacional;
- A modernização institucional continuada;
- Os mecanismos que harmonizem as relações internas;
- Os meios necessários para a realização da sistemática de avaliação institucional;
- A integração das áreas de ensino e extensão com uma administração comprometida com a educação;
- O estímulo à comunidade acadêmica na busca por capacitação em áreas acadêmicas e técnico-administrativas; e
- Formas alternativas de recursos, intensificando parcerias com organizações nacionais e internacionais.

B. CARACTERIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA E INSERÇÃO REGIONAL DA INSTITUIÇÃO

O município de Olinda possui extensão territorial de 41,7 km² e está localizada na Região Metropolitana do Recife, sendo uma das mais bem preservadas cidades coloniais do Brasil. Foi a segunda cidade brasileira a ser declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 1982. A população de Olinda é hoje estimada em 388.127 habitantes, de acordo com o IBGE. Em 2012, o Produto Interno Bruto (PIB) do município foi de R\$ 3.687.724.000 e o PIB per capita de R\$ 9.723,19, ainda segundo dados do IBGE.

Olinda é um município essencialmente habitacional, comercial e turístico. Pode-se dizer que é uma "semicidade dormitório" em relação à vizinha Recife. Em 2011, a Região Metropolitana do Recife atingiu um PIB nominal de 67 bilhões de reais, o que corresponde a dois terços do PIB total pernambucano.

Boa parte da economia da região vem da prestação de serviços, que concentrou 54,7% do PIB em 2008, embora a atividade industrial também esteja em patamar de destaque, sendo responsável por 40,5% do PIB da Grande Recife. A região metropolitana representa cerca de 65% do PIB do estado.

Na área da saúde, Olinda possui três hospitais gerais, quatro hospitais especializados e mais de 40 unidades básicas de saúde. Um dos principais hospitais é o Hospital do Tricentenário, referência de atendimento junto à população carente de Olinda. Desde 2010, o Hospital do Tricentenário transformou-se em organização social, passando a administrar duas unidades de pronto atendimento (UPAs), no Curado e no Ibura. São ao todo 220 estabelecimentos de saúde, os quais oferecem 663 leitos para atender a população do município.

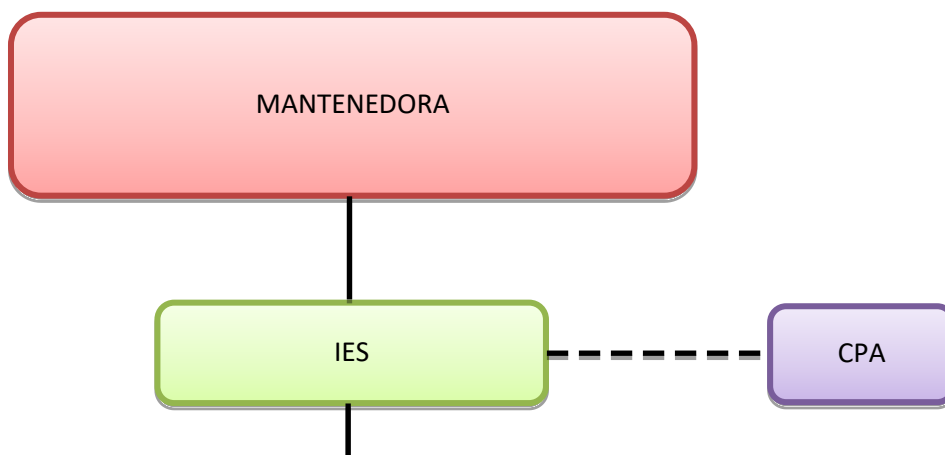
Segundo dados do PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Olinda é 0,735. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,7 e 0,799). O IDHM passou de 0,648 em 2000 para 0,735 em 2010 - uma taxa de crescimento de 13,43%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 24,72% no período. A dimensão que mais cresceu

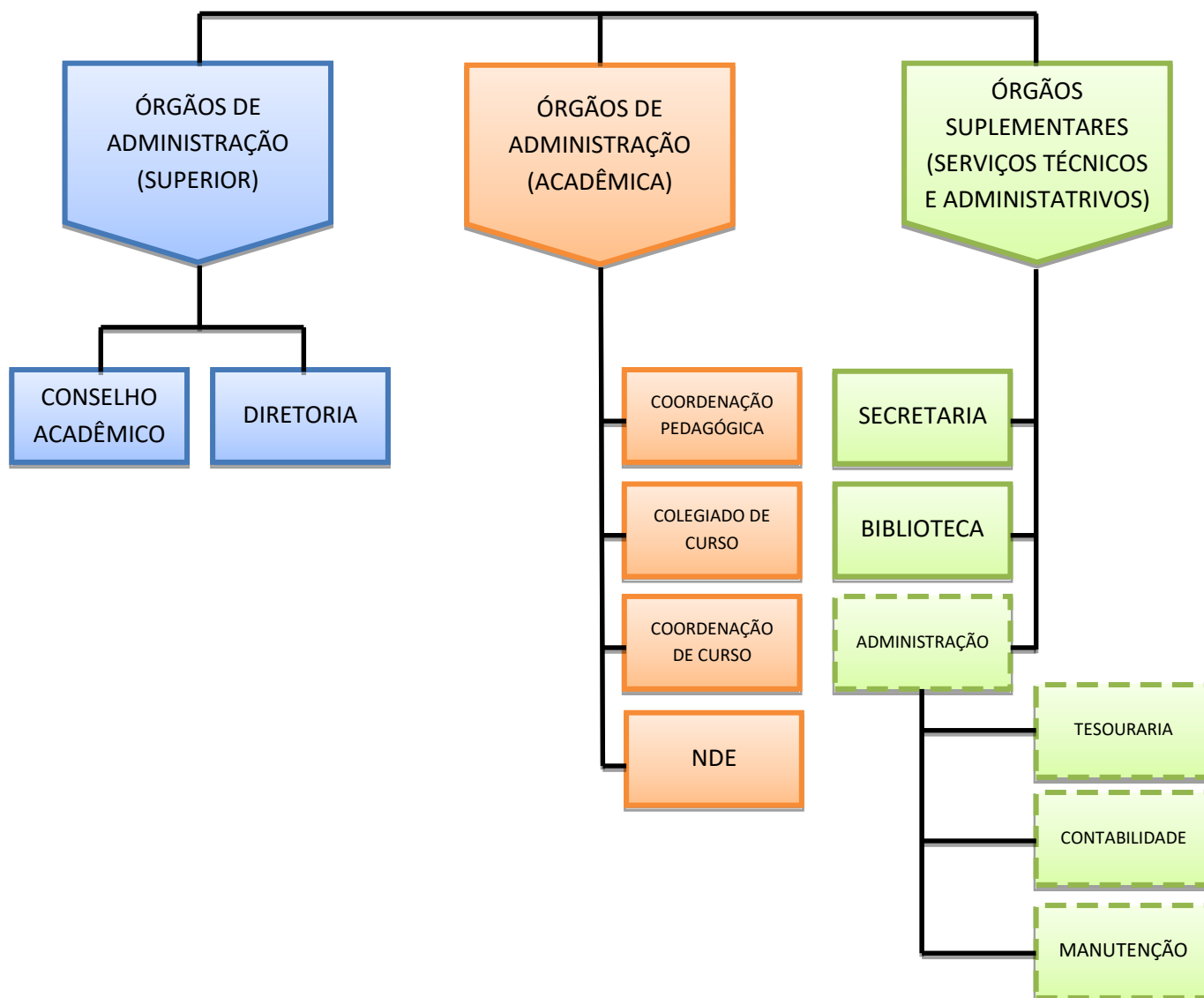
em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,159), seguida por Longevidade e por Renda.

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, sendo evidenciada na região de inserção da IES.

O último levantamento da educação básica realizado pelo INEP mostrou que 10.055 estudantes foram matriculados no ensino médio regular das redes municipal e estadual em Olinda. Essa cifra representa uma potencial demanda por formação superior para os próximos anos na região.

Organograma da Instituição, a seguir:





2. HISTÓRICO DA MANTENEDORA

A Associação Pernambucana de Ensino Superior – APESU, pessoa jurídica de direito privado com sede na Avenida Sigismundo Gonçalves, 375, Varadouro, Olinda, Estado de Pernambuco, cadastrada no CNPJ sob o nº 11.870.359/0001-36, era uma entidade mantenedora sem fins lucrativos até o ano de 2017. A partir de janeiro de 2018, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da APESU de associação sem fins lucrativos para Sociedade Simples Limitada sob a denominação de APESU ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO S/S LTDA., cuja ata encontra-se registrada no Cartório Carlos Marinho – 1º Ofício de Notas e Registro Geral de Imóveis de Olinda/PE, sob nº 839, protocolo nº 2576, em 15 de março de 2018, com manutenção do mesmo CNPJ nº

11.870.359/0001-36. Com a transformação, a APESU passou à categoria administrativa de mantenedora com fins lucrativos. A SERES/MEC já efetuou a alteração no cadastro do sistema e-MEC.

3. HISTÓRICO DA MANTIDA

A Faculdade de Informática do Recife – **FACIR**, conforme Portaria SESU/MEC nº 1.235, publicada no D.O.U. em 19/12/2013, com endereço de funcionamento situado na Rua Sigismundo Gonçalves, 375, Bairro Carmo.

Gestão da Tecnologia da Informação, Autorizado pela Portaria MEC nº 399/07, **Análise desenvolvimento de sistemas** (antigo -Sistema de Informação), Reconhecido pela Portaria MEC nº 286/12; **Logística**, Autorizado pela Portaria MEC nº 539/15.

Autorização e Reconhecimento de Cursos:

CURSO	AUTORIZAÇÃO	RECONHECIMENTO	VAGAS	ALUNOS 2018
	PORTARIA	PORTARIA		
Logística	359/15		100	-
Análise desenvolvimento de sistemas		286/12	150	-
Gestão da Tecnologia da Informação	399/07		100	-

5. PROGRAMAÇÃO DE EXPANSÃO E ABERTURA DE CURSOS DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ATUAL PDI – 2018/2022

A FACIR procura demonstrar grande capacidade de adaptação às mudanças do mercado de trabalho de Olinda, buscando, no menor tempo possível, para que se respeitem os padrões de qualidade estabelecidos, tanto pelas diretrizes e objetivos da Instituição, quanto pelos órgãos públicos competentes, cursos relevantes para o atendimento das demandas de médio e longo prazo do mercado de trabalho da região. Com a abertura de cursos tecnológicos, o Instituto passa a abranger também as demandas de curto prazo, oferecendo formação superior de qualidade por meio de cursos que duram, em média, dois anos, possibilitando ao profissional

pronto acompanhamento das tendências mais significativas nas empresas dos mais variados segmentos e portes

6. CONCEITOS OBTIDOS PELO FACIR NAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS EXTERNAS

No ano de 2018, nenhum dos cursos do FACIR passou por avaliação institucional externa de reconhecimento ou recredenciamento.

7. COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação- CPA, da FACIR, mantida pela Associação Pernambucana de Ensino Superior - APESU, nos termos da Portaria nº 01, de 11 de junho de 2004, em conformidade com o estabelecido pelo art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Portaria/MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004.

A proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte da premissa de contemplar um rol de medidas segundo as leis do SINAES. Dessa forma, a proposta implantada e seguida pela CPA desta IES parte dos seguintes pressupostos:

a - a avaliação é uma leitura orientada da realidade, segundo critérios pré-estabelecidos, de acordo com nossos padrões de qualidade; e

b - a finalidade última da avaliação não é classificar nem selecionar e excluir. Seus resultados devem ser analisados a fim de que sejam propostos caminhos, metas, estratégias que vão ao encontro das intenções educativas e responsabilidades sociais da IES. A pressuposição para essa auto-avaliação se justifica e se transforma em uma necessidade por ser um direito da população, distinguindo-se, assim, da proposição de um estado avaliador.

a. Histórico da Comissão Própria de Avaliação – CPA

A Constituição da primeira CPA foi em junho de 2006. Encaminhamento ao INEP pela IES a proposta de auto avaliação em março de 2005. Devolução pelo INEP da análise (parecer) sobre a proposta de auto avaliação das IES. 2005-2006 realização das etapas de sensibilização e desenvolvimento do processo avaliativo.

Dezembro de 2005, envio do relatório final de auto avaliação. Abril de 2006 envio do relatório de Consolidação da auto avaliação institucional, ou avaliação interna. Neste ano a avaliação foi feita de maneira experimental, enfrentando muitas dificuldades em função da novidade.

Em abril de 2008 o SINAES recomenda a continuidade do processo de auto avaliação institucional, iniciada em 2004. Ainda em abril o INEP estabelece que até 30 de novembro as IES depositassem o relatório de auto avaliação do período de setembro 2006-setembro 2008 e assim foi feito. Alguns avanços foram verificados a partir dessa avaliação, mudanças Institucionais foram implementadas no ano seguinte.

Em fevereiro de 2009 o INEP recomenda que até o dia 30 de março de cada ano as IES devem depositar no E-MEC seus relatórios de avaliação interna e assim foi feito. Esta avaliação foi mais profunda e “profissional”, gerando um rico relatório. Este relatório serviu de base para argumentar junto à Direção a respeito das melhorias sugeridas neste. Verificou-se a necessidade de aumentar a divulgação da CPA e seus resultados.

Em 2010 a CPA atingiu um número maior de contribuições e conseguiu tornar-se mais conhecida no ambiente acadêmico. Verificou -se a necessidade de aumentar o envolvimento com a comunidade, o que foi plenamente atendido em 2011. Verificou -se, ainda, a necessidade de simplificar o processo de pesquisa e tabulação dos dados, a fim de estimular a participação dos componentes da Comissão.

Em 2011 a CPA atingiu seu maior grau de maturidade tendo adotado os questionários eletrônicos simplificando a obtenção e tabulação dos dados. As questões dos formulários foram reformuladas a fim de serem mais compreendidas

pelos públicos a que se destinam. Verificou-se a necessidade de ampliar a divulgação dos resultados obtidos através da CPA.

Em 2012 a CPA manteve sua avaliação de forma eletrônica com uma adesão maior das pessoas. As questões dos formulários foram reformuladas dando uma maior ênfase aos aspectos relacionados à estrutura física, devido à mudança de campus. A divulgação da CPA se solidificou e as pessoas demonstram uma maior compreensão sobre o assunto.

Em 2013 a CPA teve adesão um pouco menor do que em 2012. Houve uma grande ausência de respostas por parte do curso de direito. A questão da estrutura física deixou de ter ênfase e aspectos pedagógicos ganharam relevância. A implementação de soluções advindas da CPA de 2012 foi relevante e muitas das fragilidades apontadas na avaliação anterior já não estiveram presentes nesta.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação motivada pela recomendação do MEC onde as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos. Desta maneira, todos os questionários e o próprio relatório foram refeitos a fim de satisfazer a recomendação. No âmbito do relatório foi implementado quadro comparativo das potencialidades e fraquezas apontadas nas avaliações externas.

Em 2015 viu-se a necessidade de aplicar os questionários de forma on-line, visto que a plataforma onde o aluno e os professores acessam daria uma maior agilidade na consolidação dos resultados das pesquisas.

Em 2016 a CPA conseguiu implementar os questionários de forma "ON-LINE", porém verificou-se a necessidade de uma maior sensibilização nas respostas dos mesmos e ajustes no sistema.

Em 2017 a CPA conseguiu efetivamente fazer os questionários para discentes e docentes no sistema "on line" e observou-se uma maior adesão na hora de responder, mas ainda não alcançou o objetivo almejado.

Em 2018 a CPA não realizou questionários pois não tínhamos alunos matriculados

b. Metodologia do Processo Avaliativo

Em consonância com os pressupostos e justificativas apresentados, o processo avaliativo desta IES fundamentou-se nos seguintes princípios:

- a - Globalidade;
- b - Comparabilidade;
- c - Respeito à identidade institucional;
- d - Não premiação ou punição;
- e - Adesão voluntária;
- f - Legitimidade; e
- g - Lontinuidade

O princípio da globalidade destaca a importância da avaliação da Instituição não apenas em uma de suas atividades, mas que seja objeto de permanente avaliação as atividades acadêmicas e administrativas, incluindo todos os enfoques presentes na educação superior.

O princípio da comparabilidade recomenda o completo entendimento dos termos adotados na Avaliação Institucional, devendo ser os mesmos validados em processos semelhantes em outras IES.

O princípio da identidade institucional é o respeito pelas características específicas das instituições.

O princípio da não premiação ou punição fundamenta-se no pressuposto de que o processo de avaliação não deve estar vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Avaliar é um processo contínuo e sistemático que serve para firmar valores. A intenção, ao tratar da afirmação de valores, é mostrar que há na avaliação uma função educativa que, em muito, sobrepuja o mérito à questão do punir ou do premiar. É essa função educativa que conduz ao processo de instalação da cultura da avaliação – processo que existe em uma dada realidade, em um contexto cultural que o antecede e o qual se pretende melhorar sempre.

A adesão voluntária ao processo de Avaliação Institucional é o princípio de que o referido processo só logra êxito se for coletivamente construído e se puder contar com a participação dos seus membros, nos procedimentos e na utilização dos resultados, expressando, assim, a vontade política da IES.

A legitimidade do processo de avaliação só será garantida pelo gerenciamento técnico adequado.

A continuidade é que permite a comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

Objetivos que se pretende atingir:	
Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a instituição como uma totalidade integrada que permite a autoanálise valorativa da coerência entre a missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas, visando à melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional, e; - Privilegiar o conceito da autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para sua realização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gerar conhecimento para a tomada de decisão dos dirigentes da instituição em relação à melhoria contínua de qualidade dos serviços de educação superior ofertados; - Pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades as cumpridas pela instituição; - Identificar as potencialidades da instituição e as possíveis causas dos seus problemas e pontos fracos; - Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo; - Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais; - Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade; - Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos; - Prestar contas à sociedade sobre os serviços desenvolvidos.

Somando esses objetivos às considerações do documento Orientações Gerais para o Roteiro da Auto-Avaliação das Instituições, da CONAES, a CPA desta Instituição implantou as seguintes fases avaliativas:

a - sensibilização;

b - elaboração e aplicação dos instrumentos de avaliação;

c - tabulação dos instrumentos propostos (relatório dos dados obtidos); e

d - divulgação.

Em 2014 a CPA passou por grande reformulação e as 10 dimensões avaliativas foram reorganizadas em 5 eixos que a seguir no quadro abaixo.

8. Eixos abrangendo as 10 dimensões do SINAES:

EIXO 1: Planejamento e Avaliação Institucional	EIXO 2: Desenvolvimento Institucional	EIXO 3: Políticas Acadêmicas	EIXO 4: Políticas de Gestão	EIXO 5: Infraestrutura Física
Considera as dimensões: (8) Planejamento e Avaliação; Relato Institucional descrevendo os principais elementos do processo interno e externo de avaliação em relação ao PDI; Inclui os Relatórios da CPA, do período que constitui o objeto da avaliação	Contempla as dimensões: (1) Missão e PDI (3) Responsabilidade Social	Abrange as dimensões: (2) Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão; (4) Comunicação com a sociedade; (9) (Políticas de Atendimento aos Discentes)	Compreende as dimensões: (5) Políticas de Pessoal; (6) Organização e Gestão da Instituição; (10) Sustentabilidade Financeira	Contempla as dimensões: (7) Infraestrutura Física

Metodologia da Coleta de Dados

A metodologia seguida para o desenvolvimento da Auto avaliação Institucional é de caráter científico, sendo as abordagens, de pesquisa quantitativa e qualitativa, coletadas por meio de uma série de instrumentos, tais como: questionários on line, cartazes e panfletos informativos.

Para a coleta dos dados são utilizados recursos tecnológicos usando o formulário eletrônico, visando assim proporcionar maior confiabilidade e agilidade na coleta e na apuração dos dados. Além dos questionários, usamos os relatórios das avaliações externas, formulário de atendimento da Secretaria, Ouvidoria e avaliação docente.

8.1 RESULTADO DAS PESQUISAS

NSA, pois não tínhamos alunos matriculados

9. CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação - CPA estão de acordo com o que determina a legislação. Ressalta-se que a CPA, não está somente ativa durante o processo de autoavaliação, uma vez que ela trabalha de forma permanente. Esse formato facilita a interação com os discentes, docentes e corpo técnico administrativo, que têm sempre um canal aberto à comunicação, de forma a facilitar e propiciar as contribuições, por exemplo, de estratégias de divulgação e captação novos alunos da Graduação. Isso demonstra que a CPA tem um papel importante na busca permanente de melhoria da Instituição. O Plano de Melhorias apresentado à Direção é sempre discutido e analisado em reuniões, à luz do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, e executado a partir das estratégias definidas entre a Gestão e a CPA. O processo de autoavaliação tem contribuído de forma direta e eficaz para a melhoria dos serviços prestados pela Instituição. Dessa forma, a Comissão de Própria de Avaliação – CPA desempenha um papel fundamental à medida que concentra seus esforços na identificação e proposição de melhoria dos pontos fracos, assim como, na identificação e intensificação dos pontos fortes, objetivando o cumprimento da Missão institucional.